

Nos quatro primeiros anos de vida de uma criança essa atrofia afeta irreversivelmente o desenvolvimento intelectual." E prossegue: "É lícito o temor de estarmos assistindo, em toda a região, a uma multiplicação de incapazes e débeis mentais."

Tais afirmações foram ratificadas no estudo "Aspectos Geopolíticos da Problemática Alimentar e Nutricional", dos cientistas Bertoldo Kruse e Fernando Figueira, onde se afirma a ocorrência de um comprometimento intenso do programa genético de crescimento, já nos dois primeiros anos de vida, dando-se razão a Nelson Chaves quando refere que estamos criando no Nordeste uma geração de nanicos.

Segundo conclusões de Batista Filho, em face de carências nutricionais, larga margem das crianças nordestinas, especialmente das áreas rurais, seriam classificadas na faixa de nanismo.

Recentemente, o Prof. Meraldo Zisman, em amplo e profundo trabalho de pesquisa cujo título "Nordeste Pigmeu Uma Geração Ameaçada" representa cortante grito de alerta, amplia os estudos sobre a desnutrição, comparando grupos sociais distintos estabelecendo uma correlação entre ambos. Além disto, classifica as regiões estudadas pesquisando a Zona da Mata e a Região Metropolitana do Recife. E as conclusões são alarmantes, a exemplo de estudos anteriores.

Tive oportunidade de promover nesta Casa o lançamento desse livro no qual o Prof. Meraldo Zisman amplia o estudo dos problemas de nutrição da Zona da Mata de Pernambuco e de outros Estados do Nordeste chegando à conclusão de que os mesmos fatores que interferem no crescimento das crianças da Zona da Mata — posteriormente pesquisados por Nelson Chaves e Gilberto Osório — atingem hoje todas as regiões metropolitanas do Nordeste.

Este quadro nordestino se relaciona estreitamente com os altos índices de natalidade que nesta região ainda são verificados. Na maioria das vezes por falta de educação familiar, tabus religiosos, carência de meios ou simplesmente deficiência de informação.

A revista "Veja", de 17 de junho passado, em matéria especial sobre o problema demográfico brasileiro, afirma que no Brasil ainda nascem mais crianças que nos Estados Unidos e na União Soviética somados. Refere a matéria que ao longo das últimas décadas houve quedas esporádicas da taxa de fecundidade no Nordeste brasileiro. Ocorre que a diminuição se deu em áreas isoladas e já se partiu de um patamar excessivamente alto, e o que baixou não leva ainda a um ponto de racionalidade. E diz, literalmente, a referida revista:

"A mascarar ainda mais os índices que dão conta de uma queda do crescimento populacional do Nordeste, encontra-se a migração."

Há uma intensa migração por falta de oportunidade de trabalho, principalmente na região produtora da monocultura da cana-de-açúcar.

"Em muitos casos, o escaçamento populacional materializou-se nas estatísticas simplesmente porque as pessoas escaparam da malha do censo, por se terem mudado para as grandes cidades. Assim, o que parece ser número alvissareiro, a queda populacional numa região miserável, apenas esconde um fato desanimador: a mudança da miséria do campo para a cidade."

Cabe observar que tais afirmativas se louvaram em pesquisa científica conduzida pelo demógrafo Hélio Moura, da Fundação Joaquim Nabuco.

A Ação Governamental e a Constituinte

Segundo dados disponíveis, o crescimento populacional do País tem diminuído, mas não em função de uma ação planejada, ética e juridicamente lícita. Segundo estatística citada recentemente por D. Luciano Mendes de Almeida, Presidente da CNBB, em Itaipu (SP), cerca de 4 milhões de abortos são realizados anualmente no Brasil, superando o número de nascimentos, que gira em torno de 3,8 milhões. À luz desses dados, o Ministro da Saúde destacou que a maneira correta de evitar a disseminação dos abortos é através do planejamento familiar, que dá à mulher os meios moral e legalmente corretos de evitar a gestação.

O aborto provocado é, assim, a maior causa de óbitos entre as mulheres brasileiras, causa de morte superior ao câncer; aos problemas cardíacos ou aos acidentes de trânsito. Com seus 4 milhões de abortos provocados

anualmente, cerca de 10% das estatísticas mundiais, o Brasil é o campeão de interrupções deliberadas da gravidez, proporcionalmente à sua população. Vinte por cento desses abortos são provocados no Nordeste. Morrem, em razão disso, anualmente, 400 mil mulheres brasileiras. E veja-se que a maioria dessas mulheres são vítimas de sua própria ignorância, na medida em que não têm informações de como evitar a gravidez indesejada.

Talvez tenha sido esse quadro de mortes que mais tenha incentivado o Governo, através do Ministério da Saúde, a tentar a efetivação de medidas tendentes a melhorar tal situação. Por via do "Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher", profissionais de Saúde tentam orientar corretamente as famílias. Infelizmente, ainda com pouca eficiência. É o que comprova pesquisa realizada pelo IBGE em 90.000 domicílios em todo o País abrangendo cerca de 500.000 pessoas, cujos resultados são divulgados pela revista *Veja*, edição de 11 de novembro. Observa-se que o principal método contraceptivo utilizado pelas mulheres no Brasil é a esterelização cirúrgica, atingindo 27,2%, vindo, em segundo lugar, a pílula, utilizada por 15,2% das mulheres.

Para que se tenha uma idéia desses dados, direi que num dos países que mais incentivam o controle da natalidade, a China, apenas 17% das mulheres praticam a laqueadura de trompas, ou seja, os métodos chamados irreversíveis.

A este respeito afirma a Diretora de Pesquisas do IBGE: "Nosso levantamento mostra que as mulheres não possuem informações sobre os demais métodos de anticoncepção", agravando-se a desinformação em Estados de renda mais baixa; com destaque para Pernambuco.

É preciso e é urgente que o Governo e a sociedade, unidos, enfrentem com seriedade e eficiência o problema. Este cresce enquanto são adiadas as decisões de enfrentá-lo.

Diz Egon Nort, Professor de Tecnologia de Alimentos da Universidade de Santa Catarina, que embora o Governo tenha criado há um ano o Programa de Planejamento Familiar, até hoje não foi percebido nenhum resultado palpável. E acrescenta o mesmo cientista:

"Em todo o mundo o planejamento familiar já é adotado. Há exemplos recentes de sucesso, como no México, onde até teleopelvas foram usadas para difundir informações sobre o assunto. No Brasil, o planejamento familiar já é uma prática nas classes alta e média, mas é necessário oferecer também às famílias de baixa renda os meios necessários para que possam planejar seu crescimento. Essa é uma tarefa que deve ser encarada com a máxima urgência, sob pena de sucumbirmos todos com a explosão da bomba demográfica."

A democracia real se fundamenta no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. No caso, esse direito de liberdade, direito de livremente planejar a prole e assim poder torná-la partícipe dos benefícios sociais é um desejo consciente de cerca de 75% da população brasileira, segundo constatado em várias pesquisas recentes. Temos, já, portanto — apesar das vozes isoladas em contrário, geralmente comprometidas por preconceitos ideológicos, morais ou religiosos — temos uma clara tomada de consciência desse direito fundamental de ser informado e ser livres.

Aliás, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Onu, através de seus organismos, implícita ou explicitamente tem apoiado o planejamento da família como um direito humano básico.

E, como é de todo desejável que tais direitos humanos sejam consagrados através da legislação positiva, cabe, neste momento de mutação constitucional, refletir na Carta Magna em elaboração, aquilo que manifestamente é um direito e um anseio dos brasileiros.

Neste sentido, o planejamento familiar foi tratado em três Subcomissões e em duas Comissões Temáticas (a Da Ordem Social e a Da Família), sempre como direito inalienável dos cidadãos brasileiros.

O Relator Bernardo Cabral, no seu 1º Substitutivo, colocou o problema no art. 353, que diz:

"É garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos,

vedado todo tipo de prática coercitiva por parte do poder público e de entidades privadas.

§ 1º O Estado assegura o acesso à educação, à informação e aos métodos científicos de regulação da fecundidade que não atentem contra a saúde, respeitado o direito de opção individual."

Tais dispositivos, em sentido essencialmente o mesmo, constam do 2º Substitutivo do Relator Bernardo Cabral, no § 4º, do art. 263, que reza:

"§ 4º É garantido a homens e mulheres o direito de determinar livremente o número de seus filhos e o planejamento familiar, vedado todo tipo de prática coercitiva por parte do Poder Público e de entidades privadas."

A Constituição que estamos elaborando abre, portanto, caminho para a democratização do planejamento familiar. Antes disso, o Governo já tomava medidas que, embora de pouca eficiência prática, demonstravam alguma disposição para enfrentar a questão. Entre essas medidas estão: a inclusão de anticoncepcionais entre os medicamentos distribuídos pela Central de Medicamentos; a autorização para fabricação e comercialização do DIU; a criação da Comissão de Estudos dos Direitos da Reprodução; a oficialização da política de planejamento familiar, através da Portaria nº 3.600, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Considerações Finais

Acredito que, com o reconhecimento constitucional do direito ao planejamento familiar, dá-se, neste País, um grande impulso às ações de governo, de entidades privadas e da própria comunidade. Não será esse planejamento a solução dos nossos problemas sociais e econômicos, nem pretexto para adiar reformas profundas que o Brasil precisa realizar com urgência. Entretanto, sem nenhuma dúvida, sem isto tais problemas dificilmente teriam solução, pois que estaríamos permanentemente frente a um impasse. O planejamento familiar incorpora à realidade brasileira um dado de racionalidade, sem o qual continuaremos sempre, apesar do crescimento econômico, com os componentes críticos advindos do explosivo aumento de população irremediavelmente encaminhada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Sandra Cavalcanti) — Nobre Deputado, a Presidência associa-se às congratulações a V. Exª pelo excelente estudo apresentado, que já fez parte do Grande Expediente.

O trabalho de V. Exª constará dos Anais desta Casa e certamente servirá de base para todos aqueles que, na oportunidade da votação da matéria, quiserem dispor de dados atualizados.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Scixas.

O SR. NELSON SEIXAS (PDT — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srªs. Deputados, ocupo mais uma vez a tribuna para lamentar o comportamento do Governo brasileiro nas suas relações econômicas internacionais. É triste assistir a maneira pela qual a grande Nação brasileira vem-se dobrando diante dos interesses internacionais, aceitando posicionamentos desfavoráveis e descompromissados para a soberania nacional. Isto após ter, no início do Governo Sarney, tomado várias medidas corajosas e nacionalistas, como a moratória, a recusa ao FMI e a reserva da informática, medidas revogadas, as duas primeiras, e ultrajada a última.

É sobre a reserva da informática que venho tecer alguns comentários. Desde a ameaça de retaliação do governo norte-americano, vimos percebendo um claro recuo do Governo brasileiro na questão da informática. No entanto, o caso do requerimento da empresa Nitron de licença para fabricação e comercialização do micro MAC-512 foi o que melhor expressou a atitude subserviente do Governo brasileiro.

O projeto foi, desde o início, acompanhado pela SEI, tendo recebido da secretaria todo o apoio. Findos os estudos, foi apresentado pela empresa à SEI, com a perspectiva de rápida aprovação, pois, como já disse, não era para a secretaria novidade alguma. Concomitantemente, o governo norte-americano chegou ao fim das negociações a respeito da reserva da informática, ameaçando retaliação comercial ao Brasil. Acompanhando a atitude apelativa e — por que não dizer? — desonesta do governo norte-americano, a SEI mudou

radicalmente de posição, passando a oferecer todo tipo de resistência à aprovação do projeto.

De início, seguindo ao pé da letra os posicionamentos da empresa americana "Apple", foi solicitada a apresentação do projeto de um interface que se acoplasse ao MAC-512, depois a necessidade de especificação da não-coincidência entre MAC-512 e os Mackintosh da "Apple", e agora, por fim, um pedido de diligência assinado pela SEI para que fiscais da Receita Federal vistoriassem as instalações da empresa. Configurou-se um conflito entre a SEI e a Unitrón, empresa nacional que outrora havia recebido todo o apoio do órgão governamental.

Tão sério o conflito, que já chegou às raias da Justiça mandado de segurança impetrado pela empresa contra o Dr. José Ezil Veiga da Rocha, titular da SEI. Ao tempo em que a SEI litiga com uma empresa brasileira, autoriza a comercialização do Sistema Operacional MS-DOS 3.3, da empresa norte-americana Microsoft. Pelo que se percebe, há uma clara situação de favorecimento pelas empresas norte-americanas.

Gostaria, mais uma vez, de registrar meus protestos contra a maneira pela qual o Governo tem conduzido a política da informática. Sempre é bom lembrar que, quando um governo não defende a sua soberania nacional, deixa de defender a dignidade de seu povo diante das outras nações do mundo. Mas quando um governo volta atrás, como o fez o do Brasil, a situação se agrava, fazendo com que a opinião pública mundial se forme, constatando a fraqueza do Brasil nos assuntos externos. Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Nelson Seixas a Srª Sandra Cavalcanti, artigo 76 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Homero Santos, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos.) — Tem a palavra o Sr. Carlos Vinagre. (Pausa.)

O SR. CARLOS VINAGRE (PMDB — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, a questão do desempenho das empresas estatais, provocando uma verdadeira onda de privatização, que não se efetiva principalmente pela situação caótica em que se encontram muitas delas, não gera apenas problemas de ordem geral, com graves repercussões econômico-financeira, mas reflete-se, de maneira dolorosa, na situação dos seus empregados, principais vítimas do descalabro em muitas delas.

Abordando o assunto, com singular propriedade e procedência, a Coordenação Nacional das Associações dos Empregados da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, acaba de solicitar audiência ao Ministro Aureliano Chaves para que, ouvida uma Comissão da CPRM, se faça uma análise da situação daquela entidade, que congrega dois mil e setecentos empregados, abordando os problemas da desestruturação e inviabilização da empresa, vítima da penúria salarial e da redução da produtividade.

Trata-se do exercício de importante atividade estratégica no campo das riquezas minerais, a partir da pesquisa e do financiamento às pequenas e médias empresas, em benefício do desenvolvimento econômico do Pará e do País, com o aproveitamento de imensos recursos potenciais.

Mas a situação dos empregados da CPRM é francamente desumana, com baixíssimos salários, fazendo supor que a direção pretende pura e simplesmente promover-lhe a inviabilização.

Advirta-se, desde logo, que, na atual conjuntura política de contenção de gastos, essa situação aflitiva só se resolve com a aplicação de um Plano de Cargos e Salários justo, corrigidas as perdas salariais registradas nos últimos anos, submetido esse plano à aprovação do Cisee, com critério racional de aplicação, até o fim deste semestre.

Existe, na empresa, uma tabela alfanumérica, ainda não plenamente aplicada, e pendente sua conclusão de autorização ministerial expressa à direção da empresa, a fim de que se conceda uma reclassificação geral em vinte níveis, respeitado o teto de cada carreira, como medida paliativa, enquanto durar o preparo da definitiva elaboração do Plano de Cargos e Salários.

Enquanto, no ano de 1976, a empresa dispensou cerca de 967 milhões de cruzeiros, aplicou pouco mais de

sessenta milhões de cruzados em 1978, caindo os recursos para a pesquisa mineral de um bilhão de cruzeiros para pouco mais de 400 mil cruzados, reduzidos os financiamentos, no período, de sessenta e três milhões de cruzeiros para nove milhões de cruzados.

Impõe-se um recrudescimento dos trabalhos de sondagem e pesquisa mineral; a alocação de recursos suficiente à empresa, concomitantemente com a solução do problema salarial, à semelhança do ocorrido com as congêneres do DNPM, retroativas as novas vantagens a 1º de janeiro deste ano, adotada a gratificação de desempenho de atividade mineral, com percentuais reajustáveis a título de adiantamento.

Objetivamente, reclamam os funcionários da empresa:

a) 1,27% de aumento salarial, a partir de novembro de 1987, exclusiva para os que percebem segundo o plano salarial da companhia;

b) abono geral correspondente a 11,27% sobre os salários de julho de 1987 a fevereiro de 1988, pago em março;

c) liquidação da URP de dezembro de 1987 a fevereiro de 1988, com pagamento em março deste ano.

Solicita-se, por igual, a montagem do Plano de Cargos e Salários na seguinte ordem de eventos:

a) formação e treinamento de grupos de empregados para comporem o quadro técnicos da Gae;

b) estimativa preliminar da quantidade de empregados a serem entrevistados;

c) descrição dos cargos, com base nas entrevistas realizadas;

d) avaliação das funções, feita por comitês constituídos por chefias representativas das diversas áreas;

e) estabelecimento de estrutura em função do orçamento da empresa e dos resultados da pesquisa de mercado na sua área de atuação;

f) consolidação de normas e procedimentos para implantação e administração do Plano.

Tais as reivindicações justíssimas da CPRM, que levamos ao conhecimento do Ministro Aureliano Chaves, confiantes no seu patriotismo, no seu alto discernimento político e reconhecida acuidade para os problemas econômicos nacionais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, ao tomarmos conhecimento do último balanço do Banespa, encerrado em 31-12-87, deparamo-nos com os excelentes resultados obtidos graças à atuação de seu Presidente, Otávio Ceccato, e o trabalho arduamente desenvolvido por uma equipe composta por aproximadamente 35 mil pessoas, resultados que precisam ser amplamente divulgados para servirem de exemplo às outras instituições financeiras.

Em 1987, a inflação voltou a apresentar tendência altista, e a correção monetária foi restabelecida. As operações bancárias, que eram pre-fixadas, tanto na captação quanto na aplicação, passaram a ser pós-fixadas, ou seja, foi introduzida a correção monetária, primeiro a partir da variação da LBC e, posteriormente, pela variação da OTN.

Em junho de 87 foi aplicado um novo choque na economia, porém, desta vez, com um congelamento de preços e salários de prazo mais curto. Nessa nova versão, preservou-se a rentabilidade dos bancos, pois foi mantida a correção monetária.

O Banespa acompanhou atentamente as mudanças da realidade econômica e adotou medidas operacionais e administrativas coerentes, conseguindo, assim, com estes resultados, manter a sua posição de importante banco comercial no apoio ao setor produtivo, tanto no cenário paulista quanto no nacional.

Os resultados apresentados, claramente, no último balanço, foram os melhores possíveis, pois o lucro líquido do Banco, no 2º semestre de 1987, incluindo as empresas ligadas, foi de Cz\$ 5,047 bilhões, o que representou um crescimento nominal de 315,8% em relação ao mesmo semestre do ano imediatamente anterior.

O lucro por ação do 2º semestre foi de Cz\$ 2,16, para um capital representado por 2.340 milhões de ações, contra Cz\$ 2,53 do segundo semestre de 1986, para um capital representado por 480 milhões de ações, já considerado o agrupamento feito em 21-5-87.

Em valores atualizados, o lucro líquido de 87 foi de Cz\$ 11,164 bilhões, contra Cz\$ 1,353 bilhão do ano anterior, registrando uma evolução de 725,1%. Isto significa um crescimento, em termos reais, de 91,2% quando comparado à variação da OTN (considerando o valor pro-rata no período de congelamento). A lucratividade das ações no ano foi de 684% para os títulos PP e 588,9% para os títulos ON, contra uma variação de 35% do índice Bovespa. De acordo com o informe Técnico da Bolsa de Valores de São Paulo, no período de janeiro a novembro as ações do Banespa classificaram-se respectivamente em 13º e 10º lugares entre as mais lucrativas do ano.

É com imensa satisfação que constatamos ser o Banespa, hoje, o 2º maior banco estatal do País. E, tudo isso, graças ao trabalho e eficiência de Otávio Ceccato e sua equipe.

Mais uma vez nos congratulamos com o Governo Quéricia pelo acerto na escolha de seus colaboradores, beneficiando, assim, São Paulo e o Brasil.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar da regularidade das chuvas que vêm caindo, desde o início do corrente mês, em todo o Nordeste, presumindo-se um inverno muito bom, poderemos ter mais um ano de crise no setor agrícola da região, em virtude da falta de financiamento para a safra do corrente ano. Vale salientar que os bancos que operam com o crédito rural dispõem de muitos recursos; porém o que está inviabilizando as operações é a correção monetária. Ora, não se entende que em nossa região, sabidamente uma área-problema do País, com baixa produtividade, se cobre a mesma correção monetária do Centro-Sul-Sudeste. Quem tomar empréstimo para qualquer atividade no Nordeste, sobretudo para o setor agropecuário, com correção monetária plena, não quer pagar, pois não há rentabilidade na operação.

O setor agropecuário da região nordestina vive ainda em crise, em face da seca do ano passado, que provocou uma redução substancial na produção agrícola, uma grande mortando dos rebanhos e baixa fertilidade; a precária assistência proporcionada ao homem do campo pelos Governos estaduais, nos programas de emergência, e o endividamento do setor agrícola, diante da decisão do Governo de cobrar a correção monetária dos empréstimos contraídos com os juros determinados, durante o plano cruzado. Temos a esperança de resolver o problema com a emenda do Deputado Humberto Souto, que será votada pela Assembleia Nacional Constituinte, isentando da correção monetária todos os empréstimos contraídos durante o referido Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabe-se que, em todo o mundo, a agricultura é subsidiada. Porém, mesmo que não o fosse em nosso País, não se entende que o Nordeste pague os mesmos índices que o Centro-Sul Sudeste, pois, segundo um dado do IBGE, a produtividade média da região é de 43% da daquelas regiões; assim, deveria pagar o setor agropecuário apenas 43% do que aquelas pagam. Tratar os desiguais com igualdade é injusto.

Portanto, fazemos um apelo ao Presidente José Sarney, ao Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, ao Ministro da Agricultura Íris Rezende, ao Diretor de Crédito Rural do Banco Central, Doutor Hélio Ribeiro, ao Diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Sebastião Rodrigues Júnior, para que resolvam o problema da correção monetária das operações de crédito rural do Nordeste, o mais rápido possível, para que possamos plantar nossa safra, desde que, com os atuais índices, se torna impossível contrairmos os financiamentos, fazendo com que falem os recursos para a safra, perdendo-se a oportunidade de uma boa produção agrícola na região, ante a regularidade do inverno e as boas perspectivas agrícolas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srª e Srs. Deputados; Sob a coordenação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura — FETAG — e da Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul — Fecotriço — realiza-se hoje, em todas as cidades e distritos gaúchos onde existem sindicatos rurais e cooperativas, o Dia do Alerta.